

A gestão da metainformação no sistema estatístico português*

Isabel Duarte Fonseca**

Isabel Lourenço Valente***

José Pedro Lima****

Resumo: A utilização da informação estatística por parte de sociólogos e demais especialistas em ciências sociais, torna essencial um conhecimento detalhado dos sistemas de metainformação estatística que suportam essa mesma informação. Por forma a contribuir para esse conhecimento dá-se conta, neste documento, de alguns sistemas de gestão de metainformação, desenvolvidos no INE, no âmbito da coordenação estatística. Dá-se igualmente conta, das linhas de orientação que a eles presidiram e dos principais resultados atingidos. São apresentados em particular três subsistemas de gestão de metainformação: a) inquéritos estatísticos; b) conceitos estatísticos; c) referências territoriais.

1. Metainformação e coordenação estatística

Numa época em que a informação assume um papel estratégico para o conhecimento e desenvolvimento das sociedades, a informação estatística em particular tem vindo também a assumir uma importância crescente para a actividade dos sociólogos e demais especialistas em ciências sociais.

Na investigação científica e em muitas outras actividades profissionais os sociólogos actuam enquanto produtores mas também enquanto utilizadores de informação estatística produzida por outros. A correcta utilização da informação estatística torna essencial o conhecimento deta-

* Uma primeira versão deste artigo foi apresentada na Conference of European Statisticians, Work Session on Statistical Metadata, realizada pela Statistical Commission and Economic Commission for Europe, em Genève, de 22 a 25 de Novembro de 1994.

** INE.

*** INE, CIES/ISCTE e DINÂMIA/ISCTE.

**** INE

lhado dos sistemas estatísticos existentes e da metainformação que os suporta. Neste texto pretende-se, precisamente, contribuir para que os sociólogos e demais especialistas das ciências sociais tomem conhecimento de alguns sistemas de gestão de metainformação estatística desenvolvidos no INE, no âmbito da coordenação estatística.

Qualquer sistema de informação estatística tem presente informação que estrutura os dados e os caracteriza. A este tipo de informação estruturante chamamos **metainformação**. A metainformação é informação sobre os dados, é aquilo que lhes dá conteúdo e, portanto, significado. Por isso, no decurso do processo de produção estatística, a metainformação encontra-se presente no seu início - através da transposição em variáveis e indicadores dos objectivos da pesquisa elaborados num plano conceptual - e no seu fim - conferindo significado à análise e interpretação dos dados obtidos.

Num contexto de acrescidas necessidades e solicitações de informação estatística das sociedades contemporâneas, seja em termos quantitativos como qualitativos, a **coordenação** dos sistemas estatísticos nacionais (SEN's) tem-se revelado como uma função cada vez mais decisiva para a gestão dos recursos afectos à actividade estatística de carácter oficial e dos instrumentos metodológicos utilizados na produção de dados estatísticos.

Em termos funcionais, a coordenação de um Sistema de Informação Estatística pode ser perspectivada em duas componentes:

- Coordenação de Objectivos
- Coordenação Técnica

A **Coordenação de Objectivos** visa, essencialmente, garantir tanto a não ocorrência de duplicação no processo de produção de informação estatística de base oficial como a obtenção de uma adequada sincronia no cumprimento dos prazos da sua produção e disponibilização, exercendo-se, privilegiadamente, através dos planos de actividades dos SEN's e da garantia da sua articulação com as obrigações estatísticas assumidas a nível internacional.

A **Coordenação Técnica**, assentando na disponibilização, para todas as entidades utilizadoras de estatísticas oficiais, dos denominados instrumentos técnicos de coordenação estatística, visa assegurar a coerência (harmonização e integração) dos sistemas de informação estatística nacionais.

Como instrumentos técnicos de coordenação podemos identificar as seguintes componentes de metainformação:

- Conceitos e definições
- Nomenclaturas

- Controlo central de instrumentos de notação
- Metodologias relativas às técnicas de amostragem e inferência estatística, recolha de informação e controlo de qualidade
- Ficheiros de unidades estatísticas

A coordenação técnica da metainformação no âmbito dos SEN's exerce-se através de três funções básicas:

a) Função promotora da qualidade conceptual

No plano conceptual, realiza-se através da aferição constante da qualidade das diversas componentes de metainformação. Cada parcela de metainformação deve ser, tanto quanto possível, completa, não ambígua e bem estruturada em termos semânticos e gramaticais.

Embora caiba aos departamentos de produção estatística a responsabilidade de construção do modelo metodológico a adoptar em cada operação estatística, existe por vezes em certos domínios, sobretudo quando se trata de observar novas realidades ou quando o objecto de observação entra no domínio do senso comum, a tendência para transpôr uma "ideia empírica" directamente num conjunto de variáveis e questões sem previamente se definir um modelo conceptual que as suporte. Assim, suprir as lacunas eventualmente existentes, sugerir e/ou desencadear contactos com entidades ligadas aos domínios a observar sempre que se julgue pertinente a sua colaboração na definição conceptual duma determinada realidade, em suma exercer uma função promotora da qualidade conceptual no âmbito da metainformação é um dos atributos da coordenação técnica da actividade estatística.

b) Função de controlo

Ainda numa perspectiva qualitativa, mas agora no plano operacional, é-se permanentemente confrontado com a necessidade de **controlar, comparando, avaliando e harmonizando**.

Quando uma nova unidade de metainformação é introduzida numa operação estatística já existente ou quando essa parcela tem de ser alterada por se ter tornado obsoleta e/ou incorrecta, é necessário avaliar o impacto da nova representação informacional no sistema de informação estatística, procedendo-se ao ajustamento conceptual das operações estatísticas que a utilizam, garantindo que o seu conteúdo não colida com outros já existentes.

Por outro lado, quando existem conteúdos diferentes para uma mesma realidade, há que conhecer os motivos que determinaram a sua criação, analisar as suas diferenças e as implicações na fiabilidade e consistência

dos dados estatísticos por elas suportados e harmonizá-los sempre que tal se justifique.

Simultaneamente, a função de controlo significa também assegurar que um conjunto de princípios básicos sejam cumpridos em todos os inquéritos estatísticos dos SEN's. Tomando como exemplo o processo de construção de um questionário, questões que têm a ver com a clareza, simplicidade, lógica, respeito por formulação e termos "standard", disposição gráfica, integração de filtros, chamadas de atenção ao respondente, etc, fazem parte das condições necessárias para a aprovação final de uma operação estatística.

c) Função de gestão e difusão da informação

Garantir a gestão da metainformação implica ter **acesso permanente** a todas as componentes utilizadas no Sistema Estatístico Nacional através de processos institucionalizados de recolha que assegurem:

- o armazenamento da informação;
- a permanente actualização;
- a salvaguarda do histórico;
- a difusão de forma flexível e expedita em resposta às necessidades dos utilizadores, sejam eles produtores ou consumidores de informação estatística.

As características funcionais atrás enunciadas permitem que a coordenação técnica da metainformação seja encarada como um **subsistema autónomo e central** na estrutura organizacional de um Sistema Estatístico Nacional (ver Fig.1) o que em termos da sua gestão possui os seguintes benefícios:

- 1º) Permite o **conhecimento global** da actividade estatística do SEN;
- 2º) Permite o **apoio simultâneo** aos restantes subsistemas do SEN: direcção, produção e difusão;
- 3º) Permite assegurar, a cada um dos conteúdos informacionais pertinentes, **uma única representação e uma utilização múltipla**.



Figura 1: A coordenação no Sistema Estatístico Nacional

Paralelamente, se atendermos ainda ao facto da metainformação estatística ser simultaneamente necessária ao funcionamento e desenvolvimento dos SEN's, ser comumente partilhada pelos seus subsistemas e por conseguinte não específica de nenhum deles, é recomendável que a sua gestão seja assegurada por subsistemas **únicos** de metainformação que satisfaçam as necessidades informacionais de **todas** as actividades das organizações que compõem o SEN, correspondendo a cada um, uma componente específica de metainformação: conceitos, nomenclaturas, metodologias, etc (Fig. 2).

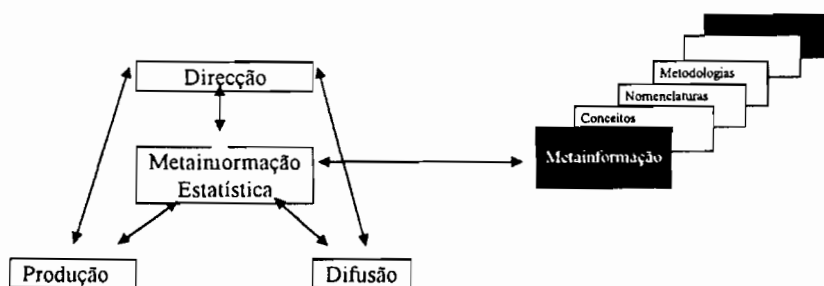


Figura 2: Metainformação estatística e respectivos subsistemas

Com base no entendimento funcional anteriormente definido e procurando dar resposta a carências sentidas no domínio particular da gestão da metainformação desenvolveu o INE, nos últimos três anos, sistemas informatizados de gestão de três das suas componentes:

- Instrumentos de Notação (questionários).
- Conceitos Estatísticos;
- Nomenclaturas Territoriais;

Os referidos subsistemas obedecem aos seguintes princípios:

- **Gestão centralizada** no Departamento de Coordenação e Integração do INE por forma a garantir a sua integridade física e lógica, e a coerência da informação;
- Acesso para efeitos de **consulta, exportação e impressão por múltiplos utilizadores**.

Do ponto de vista do conteúdo informacional a introduzir em cada sistema, procurou-se dar resposta a três questões, a saber:

- Qual a **evolução** temporal de cada unidade base de metainformação;
- Qual a sua **origem**;
- Como se **relacionam entre si** as unidades base de cada subsistema de metainformação.

Apresenta-se seguidamente as características específicas de cada um dos subsistemas.

2. Micro sistema de gestão de instrumentos de notação (MSGIN)

2.1. Objectivos do sistema

A aplicação informática **MSGIN - Micro Sistemas de Gestão de Instrumentos de Notação** constitui parte integrante do projecto de gestão de metainformação estatística, especificamente trata dos **inquéritos estatísticos**.

O MSGIN pretende ser um sistema de gestão de inquéritos estatísticos capaz de garantir a sua integridade e actualidade. Com este sistema pretende-se dar resposta às seguintes questões:

- quais os inquéritos **em vigor numa dada data**, variáveis inquiridas e características metodológicas da operação estatística;
- qual a evolução de um inquérito **ao longo do tempo**;
- quais os inquéritos produzidos por uma dada **entidade**;
- quais os inquéritos existentes numa dada **área estatística**.

2.2. Modo de acesso à informação

A aplicação MSGIN foi desenvolvida em Dbase-IV para microcomputadores e foi pensada de modo a responder a três necessidades fundamentais: Actualização dos instrumentos de notação, Consulta, Produção de listagens. Assim o MSGIN disponibiliza a informação através de três opções que respondem a essas necessidades:

- A **actualização** dos instrumentos de notação destina-se a ser do uso exclusivo do Serviço de Coordenação pois a este serviço cabe a função de registo, substituição e cancelamento de questionários.
- A opção de **consulta** permite visualizar no écran a informação existente no MSGIN e pretende ter um uso generalizado a todos os serviços do INE.
- A opção de **listagens** permite imprimir um conjunto de informação em formatos pré-definidos. Estas listagens estão apenas disponíveis para colecções de inquéritos e podem ser produzidas **por área estatística** ou **por entidade**. Existe ainda uma outra opção de listagem do uso exclusivo do Serviço de Coordenação do Departamento de Coordenação e Integração, destinada à produção da publicação "**Fontes Estatísticas**".

Ocupar-nos-emos de seguida da opção **consulta** por ser esta a de uso mais generalizado. O MSGIN oferece-nos três tipos de consulta:

- a) **Por Inquérito** - Fornece informação sobre um inquérito específico. Esta consulta é feita segundo uma opção: inquéritos em vigor ou fora de vigor.
- b) **Por Colecção de Inquéritos** - Fornece informação sobre um conjunto de inquéritos que podem estar em vigor ou fora de vigor. Esta consulta é feita em função de uma área estatística ou de uma entidade.
- c) **Sínteses Estatísticas** - Efectua contagens sobre determinadas características metodológicas dos questionários (ex: nº de questionários por área estatística, por entidade, nº de questionários com periodicidade anual, etc.).

2.3. Informação disponibilizada

A informação disponibilizada pelo MSGIN por inquérito é a seguinte:

Nº de registo - Número que identifica cada instrumento de notação. Este número é dado sequencialmente.

Nº de modelo - Número que identifica a forma do questionário e que serve para distinguir os questionários entre si. Este número destina-se sobretudo à gestão dos diferentes tipos de questionários nos armazéns. Este é um número que começa a cair em desuso.

Data de registo - Data (dia/mês/ano) em que o questionário foi registado no INE e na qual lhe foi atribuído um número de registo.

Prazo de validade - Período de tempo atribuído pelo INE e que permite à entidade realizar o inquérito dentro daquele período. Este prazo é variável e depende de vários factores (periodicidade do questionário, tempo de vida, actualidade das variáveis, definições e amostra). A obrigatoriedade do registo do questionário no INE pelas entidades que fazem parte do Sistema Estatístico Nacional encontra-se estabelecida pela Lei nº 6/89 de 15 de Abril.

Código da entidade - Código que identifica o organismo/instituição que é responsável pelo questionário.

Sigla da entidade - Designação abreviada do nome da instituição responsável pelo questionário. A sigla é composta por letras, geralmente as primeiras letras das palavras que constituem a designação completa da entidade.

Área estatística - Respeita à área temática sobre a qual incide um questionário. Embora cada questionário possa estar relacionado com vá-

rias áreas estatísticas ele é classificado em função daquela que é mais fortemente inquirida. (Vide quadro1)

Nº de registo anterior - Caso o questionário tenha existido anteriormente sobre uma forma algo diferente da que possui hoje ele teve um nº de registo anterior. Através do número de registo anterior pode-se reconstituir o histórico do questionário.

Nº de ofício - Número do documento do INE no qual se enviou à entidade produtora a resposta ao pedido de registo do questionário.

Designação - É o nome que consta no questionário.

Características metodológicas - Cada questionário é caracterizado em função de 5 características fundamentais:

Unidade inquirida - Respeita a quem é dirigido o questionário, melhor dizendo a quem lhe vai responder (ex: indivíduo, família, empresa, etc.).

Âmbito geográfico da recolha - Respeita à área geográfica que é inquirida (Continente, Madeira, Açores, outro).

Periodicidade - Respeita à frequência com que o questionário é realizado (anual, mensal, trimestral, não periódico, outra).

Tipo de recolha - Respeita ao modo como é recolhida a informação inquirida pelo questionário (postal, directa, acto administrativo, outro).

Método de recolha - Respeita ao método como é inquirida a população alvo do inquérito (exaustivamente, por amostra, limitação, outro).

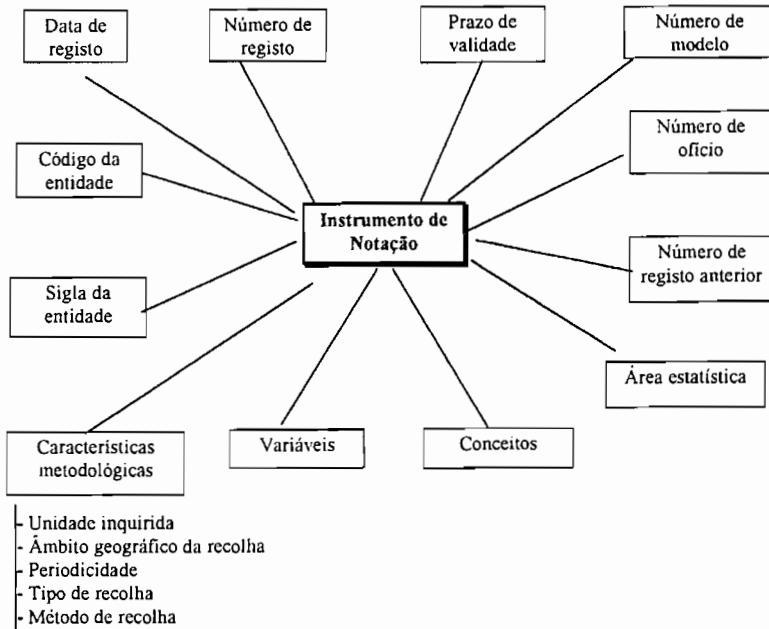
Variáveis - Fornece uma lista das questões principais, inquiridas pelo questionário.

Conceitos - Fornece o código e a designação dos conceitos utilizados por cada questionário. Prevê-se numa segunda fase um maior desenvolvimento desta opção nomeadamente através da possibilidade de visualização do conteúdo dos conceitos.

Áreas Estatísticas

AG - Agricultura, Silvicultura e Pecuária	FI - Finanças Públicas
AB - Ambiente	FP - Formação Profissional
CT - Ciência e Tecnologia	GE - Geografia
CE - Comércio Externo	HC - Habitação, Construção e Obras Públicas
CI - Comércio Interno e Outros serviços	IE - Indústria e Energia
CV - Condições de Vida das Famílias	IF - Instituições Financeiras e Seguros
CJ - Conjuntura Económica	JT - Justiça, Registos e Notariado
CN - Contas Nacionais e Regionais	PC - Pesca
CL - Cultura, Desporto e Recreio	PR - Preços
DM - Demografia	PS - Protecção Social
DR - Deficiência e Reabilitação	SD - Saúde
ED - Educação	TC - Transportes e Comunicações
ES - Emprego e Salários	TU - Turismo e Restauração
EP - Empresas	

MSGIN - Diagrama de Entidades



3. Sistema de gestão de conceitos estatísticos (CONSENSUS)

3.1. Objectivos do sistema

O CONSENSUS é um sistema informatizado de gestão de conceitos estatísticos capaz de armazenar, actualizar e disponibilizar todos os conceitos estatísticos utilizados no SEN. Do ponto de vista informacional, o sistema pretende dar resposta às seguintes questões:

- quais os conceitos **em vigor numa dada data**;
- qual a **origem** de cada conceito;
- como se **relacionam entre si**;
- qual a evolução de um conceito **ao longo do tempo**.

3.2. Modo de acesso à informação

A aplicação CONSENSUS foi desenvolvida em Dbase-IV para micro-computadores e permite aceder à informação através das seguintes opções:

- **Actualização:** permite inserir ou alterar os conteúdos e atributos dos conceitos estatísticos; o acesso a esta opção é restrita ao Departamento de Coordenação e Integração do INE.
- **Consulta:** permite visualizar através do écran a informação que se pretende obter;
- **Exportação:** permite extrair um conjunto de informação para os seguintes formatos e suportes:
 - Formatos: ASCII, ASCII-DBF
 - Suportes: Disco, Disquete, Papel, Écran

A informação existente no CONSENSUS pode ser **consultada** da seguinte forma:

- a) **Um Conceito** - pesquisa conceito a conceito por três modos de busca alternativos: código, designação e palavra-chave.
- b) **Uma Coleção de Conceitos** - pesquisa de um conjunto de conceitos que:
 - estejam em vigor num ano;
 - tenham sido desactivados num ano;
 - tenham sido criados num ano.
- c) **Áreas temáticas** - permite aceder à tabela de áreas temáticas; para cada área, apresenta-se o número de conceitos em vigor e os “reformados”.
- d) **Vigências** - permite consultar a tabela de vigências dos conceitos.

3.3. Informação disponibilizada

A aplicação CONSENSUS disponibiliza a seguinte informação:

Conceito Estatístico - exposição das características essenciais de uma realidade particular sujeita a observação estatística.

Atributos: Código do Conceito, Designação, Código de Vigência.

Linha de Descrição do Conceito - cada uma das linhas de texto, que no seu conjunto, definem univocamente o conceito estatístico. Engloba o algoritmo de cálculo, caso exista.

Atributos: Código do Conceito, Número de Ordem da Linha, Texto.

Vigência - período de tempo de aplicabilidade do conceito estatístico na óptica da produção de informação estatística. Convencionou-se como limite inferior do período temporal o ano de 1987, por ser aquele em que se procedeu à primeira recolha e compilação dos conceitos estatísticos no âmbito do SEN.

Atributos: Código de Vigência, Limite Inferior do Período, Limite Superior do Período.

Conceito Antecedente - conceito que antecedeu o que está em vigor, caso exista, e que foi “reformado”, na óptica da produção, por alteração:

- a) do seu conteúdo, mantendo porém, a mesma designação;
- b) da sua designação, mantendo porém, o conteúdo original;
- c) da sua designação e conteúdo.

Atributos: Código do Conceito Estatístico (pai), Código do Conceito Estatístico (filho).

Conceitos Sinónimos - considera-se que dois ou mais conceitos são sinónimos quando têm designações diferentes mas conteúdos idênticos.

Atributos: Código do Conceito, Código de Conceito Sinónimo.

Fonte do Conceito - entidade ou diploma legal onde o conceito teve origem.

Atributos: Código do Conceito, Número de Ordem da Linha, Texto

Palavra Chave - palavra significativa interveniente nas designações dos conceitos estatísticos.

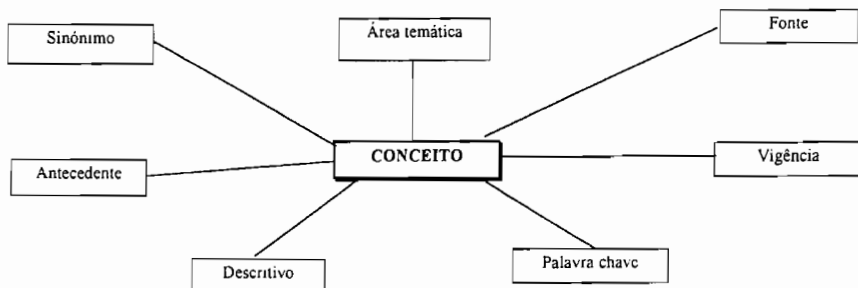
Atributos: Código do Conceito, Descrição.

Área Temática - área de conhecimento a que pertence o conceito estatístico. Com esta entidade pretende-se caracterizar o conceito de acordo com a sua natureza específica. Foi criada a seguinte tipologia de áreas temáticas:

- 01 - Ambiente
- 02 - Cultura
- 03 - Ciência e Tecnologia
- 04 - Deficiência e Reabilitação
- 05 - Demografia
- 06 - Desporto
- 07 - Educação
- 08 - Emprego e Salários
- 09 - Formação Profissional
- 10 - Geografia
- 11 - Justiça
- 12 - Protecção Social
- 13 - Saúde
- 14 - Agricultura, Silvicultura e Pecuária
- 15 - Comércio
- 16 - Habitação, Construção e Obras Públicas
- 17 - Energia
- 18 - Pesca
- 19 - Transportes e Comunicações
- 20 - Turismo e Restauração
- 21 - Economia e Finanças

Prevê-se, numa segunda fase, implementar, de uma forma integrada, os subsistemas CONSENSUS e MSGIN no equipamento RISC-6000.

CONSENSUS - Diagrama de Entidades



4. Referenciação territorial (REFTER)

4.1. Objectivos do sistema

A aplicação informática **Refter - Referenciação Territorial** constitui parte integrante do projecto de gestão de metainformação estatística, especificamente as **Nomenclaturas Territoriais**. Os **objectivos** do sistema podem ser definidos do seguinte modo:

- Criar um sistema de gestão de nomenclaturas territoriais que garanta a sua integridade, consolidação no tempo e actualidade de modo a responder às seguintes questões:
 - quais os códigos e as nomenclaturas existentes **numa dada data**;
 - como se **relacionam** as diferentes nomenclaturas entre si;
 - qual a evolução de uma unidade territorial ao **longo do tempo**;
- Garantir a **harmonização** das nomenclaturas territoriais no Sistema Estatístico Nacional no âmbito da produção e difusão da informação estatística.
- Permitir a utilização dessa informação por diferentes plataformas de hardware de modo a evitar a sua desactualização.

4.2. Modo de acesso à informação

A aplicação REFTER foi desenvolvida em PRO-IV para o equipamento Risc 6000. O **Refter** disponibiliza as nomenclaturas territoriais através das seguintes opções:

- **Actualização** - permite inserir, corrigir e cancelar a informação referente a cada unidade territorial.
- **Consulta** - permite visualizar através do écran a informação que se pretende obter.
- **Exportação** - permite extrair um conjunto de informação para os seguintes formatos e códigos:
 - Formatos (ASCII, ASCII-DBF, Delimitado, Delimitado com cabeçalho)
 - Suportes (Disco, Cartrige, Diskette, Papel, Écran)
 - Filtros - normal (CP850 e CP860, maiúsculas sem caractéres portugueses).
- **Listagens** - permite imprimir um conjunto de informação, em formatos pré definidos.

A informação existente no Refter pode ser consultada de quatro formas diferenciadas:

a) **Evolução temporal:**

Fornece uma visão retrospectiva das diversas modificações ocorridas numa dada nomenclatura territorial ao longo do tempo. Essa retrospectiva é dada pelos **períodos de vigência** e pela **legislação** que provocou a alteração, incluindo o descritivo a ela associado.

b) **Listas dada uma data:**

Fornece para uma determinada data toda a informação referente à nomenclatura solicitada.

c) **Consulta dada uma designação:**

Faz uma pesquisa, ao longo do tempo, por **início** de designação e apresenta a lista obtida.

d) **Listas dada uma designação e uma data:**

Faz uma pesquisa por **início** de designação, numa dada data, e apresenta a lista obtida.

4.3. Informação disponibilizada

A informação disponibilizada no Refter abrange as seguintes nomenclaturas territoriais:

- Divisão Administrativa
- Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS)
- Nomenclatura Agrária (Regiões e Zonas Agrárias)
- Nomenclatura Turística (Regiões Turístico-Promocionais)
- Nomenclatura Estatística de Pormenor

Divisão Administrativa

É a mais antiga nomenclatura territorial estabelecida por lei. Esta nomenclatura é composta por 3 níveis hierárquicos - Distritos, Concelhos e Freguesias.

NUTS

A Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) foi criada no âmbito da CEE, entre o Eurostat, os serviços da Comissão e os Estados membros, e constitui a norma comum para os Estados trocarem entre si informação estatística.

Esta nomenclatura é composta por 3 níveis hierárquicos que cada estado-membro fixou de acordo com as características nacionais específicas e os objectivos espaciais das políticas de desenvolvimento regional.

Nomenclatura Agrária

É uma nomenclatura com base legal que divide o território em função das suas semelhanças agrárias. É composta por 2 níveis hierárquicos - Regiões e Zonas agrárias.

Nomenclatura Turística

Nomenclatura que divide o território em áreas turístico-promocionais sendo estas constituídas por concelhos agrupados em função das suas semelhanças geográficas e turístico-promocionais.

Nomenclatura Estatística de Pormenor

Foi criada pelo INE em 1991 no âmbito da execução do projecto Base Geográfica de Referência Espacial (BGRE) - sistema de referência geográfica apoiado em cartografia de base sob a forma analógica, resultado da divisão da área das freguesias em pequenas unidades territoriais. Esta nomenclatura é composta por 3 entidades denominadas **Secção Estatística, Subsecção Estatística e Lugar** e divide o território nacional em pequenas áreas homogéneas de construção. A estrutura da informação do Refter pode ser visualizada no diagrama 1. A informação disponibilizada pela aplicação Refter é a seguinte:

Código - Número que identifica uma determinada unidade territorial. Este código é variável de nomenclatura para nomenclatura.

Designação - Nome oficial de uma dada unidade territorial.

Abreviatura - Designação resumida do nome oficial de uma dada unidade territorial.

Área - Superfície ocupada por uma unidade territorial medida em Km².

Vigência - Intervalo de tempo entre dois dias, inclusivé, durante o qual um conjunto de atributos de uma dada unidade territorial se mantém constante.

Legislação - Nomea o diploma legal no qual se fundamenta determinada ocorrência.

Descritivo - Enunciado da alteração específica ocorrida numa dada data.

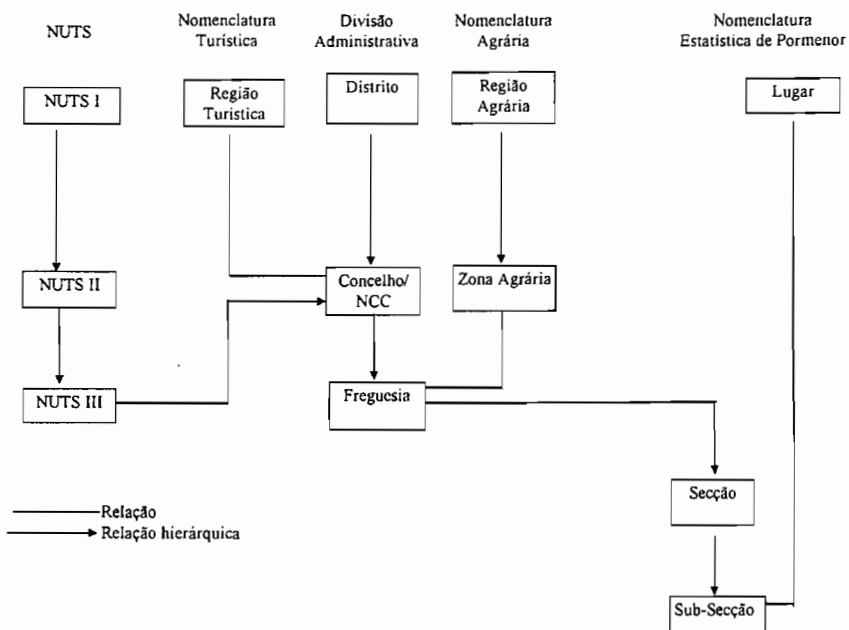
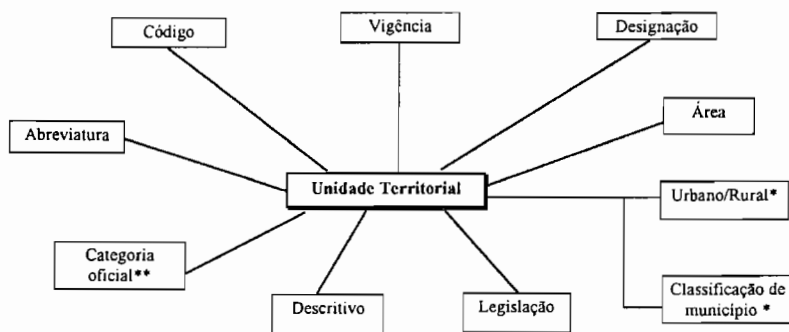
Urbano/rural - Classificação estatística dos concelhos em termos das suas características - urbanas, semi-urbanas e rurais.

Classificação de Municípios - Classificação administrativa de concelhos.

Categoria Oficial - Estatuto oficial de um determinado lugar. Um lugar pode ter a categoria de cidade ou de vila.

Contagens - Número de unidades territoriais contidas dentro de uma unidade territorial de nível superior.

Relações - Modo como se integra uma determinada unidade territorial nas outras nomenclaturas (ex: O concelho de Portel do distrito de Évora com o código 0709 na divisão administrativa, integra-se na NUTS dentro do Continente, Alentejo, Alentejo Central com o código de NUTSI,II,II 10403).

Diagrama 1**REFTER - Diagrama de Entidades**

* Só disponível para a unidade territorial concelho

** Só disponível para a unidade territorial lugar